

**ATA DA 34ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 24/09/2002

Início: 10:00 hs

Término: 18:20 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho
(fernando.cabral@integracao.gov.br)

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)

Agência Nacional de Águas: Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão
(mlbrandao@sp.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência)

Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)

Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)

Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos
(lppassos@algar.com.br)

Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)

Organizações não governamentais: Sérgio Antônio Gonçalves (sag61@uol.com.br)

CONVIDADOS:

Cássia Maria de C. Vianna – SRH/MMA (ca.vianna@ig.com.br)

Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)

Danielle Mancin – MIN (danielle.mancin@integracao.gov.br)

Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)

Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às dez horas do dia vinte e quatro de setembro de 2002, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 34ª Reunião. Deu boas vindas a todos e, referindo-se à reunião anterior, realizada em conjunto com a Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP, ressaltou que foi solicitado o envio de sugestões à proposta de resolução em discussão, com data limite de encaminhamento em 4 de outubro próximo. Em seguida, já no item 2 da pauta (**Anexo I**), solicitou a aprovação da minuta de ata da 32ª Reunião da CTIL; a mesma foi aprovada com modificações. Abordou então o item 3 da pauta: revisão da Resolução nº 5. Disse que a metodologia adotada para revisão da Resolução nº 5 constou de uma primeira rodada de discussões para, após a solicitação de envio de sugestões, ocorrer uma nova discussão; findo o processo, continuou, estava previsto a ampliação dos debates com a realização de seminário contando com a participação dos Comitês de bacia hidrográfica, Conselhos estaduais de recursos hídricos e órgãos e entidades outorgantes. Com relação à metodologia do seminário, esclareceu que a versão atual da proposta de modificação da resolução seria encaminhada aos representantes dos segmentos participantes, juntamente com as solicitações de envio antecipado de contribuições e de manifestação de interesse em expor suas opiniões durante o seminário; salientou que as apresentações deveriam abranger questões conceituais, evitando-se a redação dos artigos. Em seguida, prosseguiu, seria marcada reunião da CTIL para nova discussão da resolução, embasada nas sugestões e discussões ocorridas no seminário. Foi proposto, e aceito por todos, que a referida reunião da CTIL ocorresse em dia imediatamente posterior à realização do seminário. Referindo-se à versão 8A da proposta de resolução, o Dr. Julio Thadeu falou sobre os trabalhos realizados pela Secretaria Executiva, de consolidação da versão gerada na 32ª reunião, quando foi verificada a ausência de alguns artigos importantes no contexto da resolução. Sugeriu então, em face da pretensão de se realizar o

seminário, que a resolução não fosse discutida nesta reunião; com isso, propôs o reinício das discussões do Regimento Interno do CNRH. A Dra. Sonáli propôs a discussão da Resolução nº 5 de uma forma mais ampla ou seja, de forma a verificar se os propósitos pretendidos pela mesma estavam sendo plenamente atendidos. O Dr. Julio Thadeu disse entender que, para o bom andamento dos trabalhos de revisão da Resolução nº 5, deveriam ser seguidos os passos acima propostos. Contemporizando, a Dra. Sonáli sugeriu que, na abertura do seminário proposto, fossem abordadas as diretrizes pretendidas pela Resolução nº 5. Com isso, com a concordância de todos, passou-se ao item 4 da pauta: revisão do Regimento Interno do CNRH. O Dr. Julio Thadeu abriu a discussão do Regimento e esclareceu que a forma atual do mesmo pretendia ser bastante didática, por isso, em alguns casos, estavam sendo repetidos artigos constantes de leis, principalmente da Lei nº 9.433, de 1997, e do Decreto nº 2.612, de 1998. Durante as discussões, os principais pontos abordados foram: a inserção dos Comitês no segmento das organizações civis, que está sendo alterada para o poder público na proposta de modificação da Resolução nº 5; e, críticas à determinação do processo de escolha de representantes, principalmente ao estabelecido no § 1º do art. 4º. Às 12:30 horas foi feita pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:50 horas, com a continuação da discussão do Regimento Interno. Com relação aos debates sobre o estabelecido pelo § 1º do art. 4º, foi recomendada a revisão da Resolução nº 14, do CNRH, e que o assunto fosse incluído como pauta em futura reunião da CTIL. As principais questões discutidas neste período foram: o voto de qualidade exercido pelo Presidente, ou seu preposto; e, a necessidade de se estabelecer novas formas de deliberação do CNRH. As discussões se estenderam até o art. 10 e a nova versão da proposta de modificação do Regimento encontra-se em anexo (**Anexo II**). Foi requerido à Secretaria Executiva que encaminhasse e-mail aos Conselheiros, representantes e convidados da CTIL com a solicitação de encaminhamento de sugestões ao Regimento, a partir do art. 11, com prazo de quinze dias para recebimento. Às 18:20 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ata aprovada na 37ª Reunião, realizada em 5 e 6 de novembro de 2002.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores